

# O ser edifício do edifício: crítica ao processo funcionalista no trabalho de conclusão de curso

*El ser edificio del edificio: Crítica al proceso funcionalista en el trabajo de finalización de curso*

## Sessão Temática 01: O processo de projeto

SILVA, Luiz Felipe da Cunha; Doutor; FAU-UFRJ  
luizfelipe@fau.ufrj.br

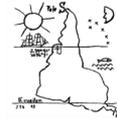
### Resumo

Através de um parecer sobre um plano de intenções para um trabalho de TCC, o ensaio propõe uma crítica à adoção do método funcionalista para o processo projetual de um trabalho dessa natureza. Frente a uma proposta para o projeto de um edifício escolar em contexto pandêmico, tal parecer adota o método dialógico para questionar quais são as relações reais entre o ser edifício do edifício, o ser escola do edifício escolar e o ser pandêmico do momento histórico atual. Também procura situar, no contexto histórico da teoria da arquitetura, algumas das crítica aos processos projetuais que encontram, nas relações entre um edifício e seus usos, o problema que deve tematizar e dar origem ao processo projetual das obras arquitetônicas e urbanísticas. Discute-se também a tematização de problemáticas mais propriamente arquitetônicas, como as do lugar, da tectônica, do tipo, da linguagem, do infraestrutural ampliado e do hibridismo programático.

**Palavras-chave:** processo funcionalista em TFG/TCC, tematização programática em TFG/TCC, processualística projetual em TFG/TCC.

### Abstract:

Through an opinion on a plan of intentions for a TCC work, the essay proposes a critique of the adoption of the functionalist method for the design process of a work of this nature. Faced with a proposal for the project of a school building in a pandemic context, this opinion adopts the dialogic method to question what are the real relationships between the being a building of the building, the being a school of the school building and the being pandemic of the current historical moment. It also seeks to situate, in the historical context of architectural theory, some



of the criticisms of design processes that find, in the relations between a building and its uses, the problem that should thematize and give rise to the design process of architectural and urban works. The thematization of more properly architectural issues is also discussed, such as those of place, tectonics, type, language, expanded infrastructural and programmatic hybridism.

**Keywords:** functionalist process in TFG/TCC; programmatic theming in TFG/TCC; design process in TFG/TCC.

## 1. Introdução

O que se propõem aqui é uma crítica ao trabalho de conclusão de curso (TCC), ou final de graduação (TFG) programaticamente tematizado. Isso é o mesmo que dizer: tematizado pelos usos aos quais se destinarão os edifícios ou espaços, abertos ou fechados, que serão o objeto do exercício projetual em que se constitui o trabalho.

Poder-se-ia dizer que nada há de novo e original nessa crítica que, no essencial, é a crítica ao ideário moderno em sua faceta mais corbusiana, que advogou que a forma deveria refletir as necessidades da função e, até mesmo, em certos casos, abstratamente figurá-las<sup>1</sup>. No entanto, em que pese a banalidade da qual a repetição dessa crítica a revestiu, o fato notável é que uma significativa maioria dos trabalhos projetuais de TCC, na maioria das escolas de arquitetura e urbanismo brasileiras, não só ainda é de espaços ou edifícios destinados aos usos que irão determina-los, mas se inicia, e toma como partido, a pesquisa sobre os usos, dentro dos campos disciplinares que lhes são próprios. Para o edifício de uma escola, por exemplo, começa-se pela pedagogia, suas vertentes conceituais, as diferentes visões sobre os espaços para o ensino, em particular aquela visão escolhida pelo aluno para determinar as qualidades, propriedades e relações espaciais que justificarão as formas do edifício que será objeto de seu projeto.

Desse modo, o que propomos aqui não é mais uma crítica ao movimento moderno ou seus princípios, ou a um eventual “estilo” moderno, que marca as formas de parte da produção arquitetônica contemporânea. O que se coloca em questão é aquele percurso metodológico que se inicia pela determinação de um tema programático, ou relativo aos usos de um

---

<sup>1</sup> A expressão “abstratamente figurada” é antitética e paradoxal. Mas não é disso que se trata na Capela Notre-Dame-du-Haut em Ronchamp? Outros exemplos seriam possíveis.

determinado espaço ou edifício, como ponto de partida e organização do processo projetual para o exercício de um TCC. Trata-se daquele trabalho cujo objeto é o projeto de um edifício escolar, ou hospitalar, ou mesmo residencial, por exemplo, independentemente de e antes da determinação de um lugar, ou de uma problemática tectônica ou tipológica, por exemplo, que possa ordenar as pesquisas e o desenvolvimento do trabalho em torno de questões mais propriamente arquitetônicas e ou urbanísticas.

Essas pesquisas, que estão no ponto de partida (e de partido) desses trabalhos, via de regra se destinam a levar o estudante à compreensão das problemáticas conceituais, funcionais e operacionais implicadas nos usos aos quais se destina o edifício. Para o arquiteto envolvido no processo projetual, tal pesquisa visa apenas o entendimento do modo como certos usos exigem certas características espaciais e impõe certas relações topológicas com as redes mais gerais de espaços que caracterizam qualquer uso de mínima complexidade. São, como não poderia deixar de ser, meramente instrumentais e bastante superficiais, pois cada uso é sempre objeto de alguma área específica de conhecimento, externa à arquitetura e ao urbanismo, que detém instrumental teórico e metodológico próprio, cuja a utilização exige uma certa formação específica.

Essas pesquisas são objeto de relatórios e apresentações detalhadas onde conceitos e visões externas à arquitetura são amplamente discutidos e via de regra se encerram em visões programáticas, listas de compartimentos, fluxogramas e outros gráficos que visam explicitar relações topológicas entre compartimentos ou grupos categoriais deles. Mas problemas propriamente arquitetônicos, relativos à interpretação do lugar, aos estudos tipológicos ou a questões tectônicas ou mesmo linguísticas da arquitetura geralmente não são abordados.

Esses são fatos que podem ser percebidos por qualquer um em qualquer escola. Por mais que a teoria da arquitetura já tenha levado a crítica às visões funcionalistas ao ponto de exaustão, e que esta crítica já tenha sido formalmente assimilada pelo alunato, o fato é que, ao escolher o tema de seus trabalhos de TCC, uma parte dos estudantes retornam a esse ponto: um espaço ou edifício destinado a tal uso.

Na FAU da UFRJ, a metodologia adotada presentemente para o período de um ano que dura o TFG, os trabalhos são divididos em algumas fases, ao final de cada qual os mesmos são avaliados, por pareceristas e bancas compostas por membros internos e externos em algumas fases. A primeira fase é um plano de intensões, na qual o estudante deve especificar a problemática que será objeto de seu trabalho. Recentemente, me foi solicitado um parecer



sobre um plano de intenções que tinha uma abordagem metodológica dessa natureza. No parecer, que apresentamos a seguir, procuramos estabelecer um diálogo, através de perguntas e respostas, que fosse capaz de levar o próprio estudante a refletir sobre o que, de fato, era arquitetônico em seu plano de intenções. Tal método dialógico é, evidentemente e de conhecimento geral, a maiêutica socrática, apresentada nos diálogos platônicos como método dialético. O fizemos tal qual segue.

## **2. Parecer sobre Plano de Intenções cujo objeto é o projeto de um Edifício Escolar em Contexto Pandêmico sem a prévia determinação de um lugar.**

O trabalho me pareceu cheio de méritos, com destaque para a objetividade e a concisão. Estão claras as intenções e elas são de justeza auto evidente. A arquitetura dos edifícios escolares é um tema tradicional na academia de arquitetura e a injunção da problemática da relação entre espaço arquitetônico de uso coletivo e contágio epidêmico é de uma contemporaneidade indiscutível.

Se o que se espera deste parecer é uma avaliação do trabalho dos pontos de vista da validade da forma e do conteúdo, então, pelas razões acima, trata-se de um ótimo trabalho.

No entanto, um ótimo trabalho de TFG não é necessariamente um trabalho relevante, do ponto de vista da arquitetura e, em particular, da discussão acadêmica sobre a arquitetura e o urbanismo na passagem histórica atual. E o presente trabalho em avaliação, em que pese seja um ótimo trabalho, do ponto de vista metodológico e processual, corre o sério risco de ser irrelevante. Sobre as razões para isso, nos explicamos a seguir.

Como evidenciado anteriormente, os dois argumentos que fundamentam a justificação das intenções do plano são a tradicionalidade do tema programático (o edifício escolar) e a contemporaneidade da injunção que atualiza o tema, e o coloca sob uma perspectiva atual (o contexto pandêmico). Salta à vista este contraste entre tradição (conservação, permanência) e atualidade (transformação, transitoriedade). E, mais ainda, o fato de que a tradição diz respeito ao que há de arquitetônico na proposta, e a atualidade a um fator incidental e, do ponto de vista essencial, não arquitetônico.

Começo por esta última questão: um edifício destinado ao uso escolar, adaptado ou concebido de modo a reduzir riscos de contágio ambiental, não encontra o arquitetônico nesta condição incidental e contingente do risco de contágio, mas em ser um edifício destinado ao uso



escolar. Ele era isso antes do contexto pandêmico, será durante e após. E o arquitetônico nele estará lá, nessas três temporalidades. É o invariável e, portanto, o essencial.

Mas, que um edifício seja destinado ao uso escolar é, também, incidental ou contingente. Poderia destinar-se a outros usos e, ainda assim, seria um edifício. Portanto, a essência, ou o que é o arquitetônico no edifício escolar, não está no escolar, mas no ser edifício do edifício escolar.

Poderíamos, inclusive, inverter o argumento e dizer: tampouco a essência do escolar está no edifício. Não é incomum, em áreas pobres do terceiro mundo, que escolas sejam no espaço à sombra de uma frondosa árvore, com um quadro negro fixado em seu tronco. A escola aristotélica, por exemplo, era conhecida como peripatética, porque Aristóteles dava suas aulas no *Peripatos*, que era uma estreita e bem arborizada via pedonal que contornava o perímetro da Acrópole de Atenas. A essência de uma escola, portanto, não é o ser um edifício. A relação entre o edifício e a escola não é, assim, uma relação necessária e essencial. *Sine qua non*, por assim dizer. Um pode existir sem o outro.

Deste modo, pelas duas direções, o argumento me conduz a pensar que o que é realmente arquitetônico no edifício escolar, no contexto pandêmico, é o ser edifício. É no edifício que está o ser arquitetônico do edifício, e não na escola e nem no contexto pandêmico. A essência do arquitetônico nunca está no uso do edifício, mas no ser edifício do edifício, assim como a essência do edifício está no ser edificado. Poder-se-ia, até dizer: a essência do arquitetônico está no ser edificado.

Anteriormente, disse que o argumento que sustentava a justificativa do tema do trabalho (arquitetura escolar), em sua face arquitetônica, era a tradicionalidade. Poderia dizer de outro modo: era a sua modernidade. Me refiro, evidentemente, ao paradigma modernista de que a forma do edifício deve derivar de sua função. E que, por decorrência, o edifício é um instrumento técnico para um uso. Uma máquina, por assim dizer.

Essa visão, sobre o que é um edifício, é tão tradicionalmente moderna que poderíamos dizer que é academicista, no sentido em que esta palavra possuía, na crítica que faziam os arquitetos do movimento moderno à arquitetura que os precedeu.

É um testemunho patético do caráter academicista da FAU da UFRJ, que uma grande parte dos trabalhos de conclusão de curso que produzimos ainda sejam projetos de edifícios programaticamente tematizados para um uso? Eventualmente. Que edifícios concebidos sob essa perspectiva sejam posteriormente vestidos por alguma linguagem estilisticamente



pósmoderna ou mesmo antimoderna (desconstrutivista, p.ex.), não muda a essência moderna da ideia (ou da ideologia?) de que a função deva ser um ponto de partida e reger a concepção da forma arquitetônica e de que um edifício seja um instrumento para a especificidade um uso.

Evidentemente, não há qualquer restrição moral que se possa fazer contra a arquitetura moderna, sua estética, seus métodos e princípios. Por sua objetividade, ela é, inclusive, muito mais permeável ao exercício acadêmico e fácil de ensinar. Mas é conservadora e é o objeto central da crítica arquitetônica contemporânea, exceto como estilo ou como linguagem estética. De fato, o modernismo é um estilo muito elegante, que tem mantido seu espaço no melhor da produção contemporânea. E este legado estilístico é de um valor cultural inestimável.

Mas não é de estilo que falamos aqui, mas sim da ideia (ideologia?) de que é a função que deve determinar a forma dos edifícios e de que esta forma deve responder às necessidades instrumentais do uso. E isso traz uma armadilha em potencial, que facilmente leva a abordagens academicamente equivocadas.

Essa armadilha é a de que a pesquisa, envolvida na produção destes trabalhos acadêmicos, em particular os de conclusão de curso, deve ter como objeto os conhecimentos temáticos relativos ao programa de usos e não os condicionantes propriamente arquitetônicos de um edifício. No caso do edifício escolar, por exemplo, a pedagogia e suas visões. Daí, para acabar-se em um discurso sobre a pedagogia estruturalista de Jean Piaget ou sobre o espaço estruturado autonomista de Maria Montessori, é um pequeno passo. Tal discurso em si não é um problema. O problema é que sistematicamente ocorre que, nesses discursos, não se apresenta com a devida hierarquia nada de própria e essencialmente arquitetônico.

Difícilmente, encontraremos um uso, capaz de tematizar programaticamente um edifício, que não seja objeto de alguma ciência. O ensino, suas práticas e espacialidades próprias, são objeto da pedagogia, o habitar da sociologia e da antropologia, a saúde e o sanitarismo da medicina, o cênico das artes cênicas, a produção fabril da engenharia de produção, e assim por diante. E o que é muito comum é vermos trabalhos de conclusão de curso nos quais ocorre a dispersão de enormes energias nas pesquisas sobre pedagogia, medicina, sociologia, antropologia, engenharia etc. Decorre que aquilo de que menos se fala nestes trabalhos é de arquitetura.

Daí, resulta ocorrer muito, neste tipo de trabalho, que os edifícios projetados sejam arquitetonicamente superficiais e ingênuos, porque as questões arquitetônicas que os fundamentam



não são devidamente problematizadas. E as pesquisas temáticas também são superficiais e ingênuas, porque estudantes de arquitetura não tem a formação e os conhecimentos e métodos das ciências ou ofícios que tematizam os usos. Eles abordam esses conhecimentos de modo apenas instrumental. Para o arquiteto, tais conhecimentos são apenas instrumentos para o método projetual que parte do uso.

Essa falta de problematização das questões arquitetônicas, frente às questões temáticas relativas aos usos, aparece de maneira notável nesse plano de intenções. E, não coincidentemente, está profundamente associada ao caráter academicista da proposta.

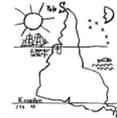
A crítica ao movimento moderno foi realizada a partir de diversos pontos de vista. A crítica ao seu caráter universal e universalizante foi feita a partir do regionalismo crítico, por exemplo. Um dos autores desta vertente, Kenneth Frampton, propõe que, desta universalização, imposta pela modernização tecnológica, para a produção em massa, decorreu a difusão de uma civilização medíocre, que impôs o abandono puro e simples de todo o passado cultural e das formas tectônicas a ele associadas (Frampton, 1983: 504 a 505).<sup>2</sup>

A essa vertente também está associada outra, anteriormente mencionada, que entende que o essencial no arquitetônico não está nos usos e nem mesmo nos espaços, mas no tectônico do arquitetônico, isto é, na técnica edilícia adotada na concepção do edifício. Poderíamos dizer: na técnica construtiva da construção. Entre os autores dessa linha de pensamento, se destaca o acima mencionado Frampton (1990), com seu clássico *Rapel à l'ordre*: argumentos em favor da tectônica. Alguns autores dessa vertente entendem, inclusive, que a essência do tectônico do arquitetônico não está nem mesmo no edifício construído e na técnica construtiva em si, mas na técnica específica de juntar as partes e os espaços do edifício por meio de junções tectônicas. Alguns inclusive propõe que essas junções são signos da linguagem arquitetônica e que, por meio delas se “escreve” o discurso tectônico da arquitetura, que seria o que ela, em seu caráter mais essencial, é. Se destaca, entre os autores dessa vertente o arquiteto Marco Frascari (1884), com seu lindo texto sobre o Detalhe Narrativo. Ainda nessa linha, as reflexões de Vittorio Gregotti (1983) sobre o exercício do detalhe são importantes.

Duas outras vertentes importantes dessa crítica são aquelas que se fazem a partir dos problemas arquitetônicos do lugar e do tipo. São problemas essenciais da arquitetura. Não há edifício que não esteja em um lugar. E as características do lugar impactam profundamente na concepção do edifício. Podem, senão devem, determina-lo. Para escapar desta

---

<sup>2</sup> Citado a partir da versão em NESBIT, 2006, indicada na bibliografia.



dependência, apenas pela via da *tábula rasa* modernista. Por outro lado, não há lugar sem um edifício. Esse é o tema do filósofo Martin Heidegger em “construir, habitar, pensar” (1953). Sem este, apenas há o espaço geográfico. Uma encosta, uma ravina, o sombreado sob a mangueira não são lugares. São apenas espaços. Mas o espaço do edifício do templo é um lugar sagrado e o espaço do edifício escolar um lugar comunitário de aprendizado. Foi a presença destes edifícios que fez estes espaços se converterem em lugares: o lugar deste templo; o lugar daquela escola. Tanto os templos como as escolas contém espaços e estão contidos em espaços. Mas este templo e esta escola se diferenciam de todos os outros porque o lugar em que estão lhes é próprio. Ali foram edificadas. Nos termos de Heidegger, poderíamos dizer que as relações entre o lugar e o edifício são de tal ordem que, sem a edificação do segundo, não haveria o primeiro. Segundo ele, o lugar não está simplesmente dado antes do edifício. É a posição ocupada pelo edifício que se trona lugar através do edifício (1951: 133).

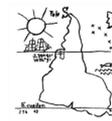
Importantes autores da teoria da arquitetura problematizaram as questões sobre o lugar levantadas por esse filósofo. Além do já mencionado Frampton, com seu *Uma leitura de Heidegger* (1974), cabe menção ao igualmente filósofo Christian Norberg-Shulz com vários textos. Destacamos dois, constantes na “agenda” de Kate Nesbitt que viemos citando acima. Um é o *Pensamento de Heidegger sobre arquitetura* (1983). O outro, no qual está discutida a ideia do “*Genius Loci*”, o espírito do lugar, é o *Fenômeno do lugar* (1973).

Um fenômeno de correlação identitária semelhante ocorre entre os edifícios e suas tipologias arquitetônicas, ou edíficas. Vejo um edifício à distância e sei que ele é o edifício de um templo, ou sei que ele é o edifício de uma escola. Como isso ocorre? Como posso identifica-los com tanta facilidade e precisão?

O que ocorre aqui é um fenômeno característico do comportamento humano. Trata-se da tendência à repetição, que pode dar-se por razões pragmáticas e/ou simbólicas. E também como decorrência de fenômenos psíquicos individuais e coletivos<sup>3</sup>. No primeiro caso, tendemos a repetir, para problemas arquitetônicos semelhantes, as mesmas soluções que adotamos anteriormente, e cujo resultado foi positivo. Para um mesmo uso, por exemplo, fazemos

---

<sup>3</sup> Supondo que o projetar é uma forma de por em ordem, encontramos no texto freudiano a seguinte definição deste fenômeno psíquico: a ordem, segundo ele, é uma espécie de “compulsão à repetição que, uma vez estabelecida, resolve onde, como e quando algo deve ser feito, de modo a evitar oscilações e hesitações em cada caso idêntico”. (FREUD, 1929: 54)



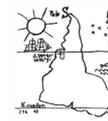
um edifício com a mesma forma. Repetimos isso em tantos edifícios que, ao longo do tempo, e por meio da habitualidade, fazer isso pode se tornar simplesmente um hábito irracional. Nesse ponto, o que liga determinada forma a determinado uso é a convencionalidade da linguagem. Torna-se convencional, como em toda a linguagem, a correlação associativa entre o significativo (a forma edificada) e o significado (o tipo de uso que aquela forma expressa).

Isso é tão latente, que dificilmente dizemos: isso é o edifício de um templo e aquilo é o edifício de uma escola. Dizemos, simplesmente: isso é um templo e aquilo uma escola. Nesse ponto, o ser edifício do edifício se desvanece e decai. Sobra apenas o ser signo da linguagem arquitetônica. O ser edifício do edifício, aqui, confunde-se com o ser palavra do discurso. De qualquer modo, importantes autores da teoria da arquitetura produziram textos sobre essa problemática que se tornaram clássicos. Destacam-se Giulio Carlo Argan com seu *Sobre a tipologia em arquitetura* (1963), Alan Colquhoun com *Tipologia e metodologia de projeto* (1967) e Anthony Vidler com *A terceira tipologia* (1976). Todos eles oferecem excelentes entradas mais propriamente arquitetônicas para a tematização do problema dos usos em um trabalho de TCC.

Em que pese os questionamentos sobre a relação entre tipo e linguagem, certamente nos aproximamos mais do ser arquitetura do arquitetônico, quando olhamos o problema da relação entre o edifício e o uso pelo viés tipológico, do que quando o fazemos pelo programático. Nesse último caso, estamos falando de uma atividade humana de caráter sócio antropológico e cultural. Os modos de usar, ou de organizar os usos no espaço, variam segundo características sociais e antropológicas dos usuários. No primeiro caso, estamos falando de um edifício deste ou daquele tipo e que pode ser usado de diferentes modos por diferentes usuários, segundo o contexto sócio cultural.

Na Holanda, por exemplo, uma quantidade expressiva de igrejas abandonadas tem sido convertidas em bibliotecas. Nesse processo, temos percebido como os edifícios do tipo nave (uma tipologia dominante nos templos cristãos europeus do período medieval) são apropriados para o uso do programa biblioteca. Desse modo, o ser edifício do edifício e o ser arquitetura do arquitetônico não estão nem no templo e nem na biblioteca. Estão no edifício do tipo nave, que abriga estes usos, cujos programas podem ser diferentes, em diferentes contextos sócio culturais.

E é sob o ponto de vista destes vieses críticos que salta à vista o caráter modernista do plano de intenções: não há qualquer referência ao lugar no plano. E, tampouco há qualquer



referencia à tipologia do edifício escolar, suas origens e evolução. E não espanta que estas questões não tenham sido abordadas. Elas, de fato, não são hierarquicamente relevantes em uma abordagem programaticamente tematizada, na qual a forma deve atender e, eventualmente, até mesmo abstratamente figurar a função.

Admitamos, que o ponto de partida de um exercício acadêmico possa ser o problema do lugar, por exemplo: um trabalho poderia começar com a eleição de um terreno, ou o recorte de uma área de intervenção, em qualquer escala. O problema do exercício poderia ser, simplesmente: o que projetar para esse lugar. Esse “o que”, seria perguntado ao “onde”. Nesse caso, a forma do edifício não responderia ao uso, mas ao lugar (o contextualismo). O próprio uso poderia responder ao lugar: um terreno com tais dimensões, com tal forma e em tal localização, relativa aos usos do contexto, poderia ser um bom lugar para uma escola, por exemplo. Mas, talvez, também para um posto de saúde, ou para um centro comunitário de vizinhança. Talvez, aqui, a questão tipológica pudesse ser problematizada. Que tipo clássico de edifício teria as formas e os espaços capazes de abrigar estes diferentes usos e dialogar poeticamente com as características morfológicas e culturais do contexto?

Tais problematizações poderiam, eventualmente, ter o mérito de deslocar o foco da pesquisa e do trabalho de questões incidentais, relativas aos usos e às áreas de conhecimento que os estudam, para questões essencialmente arquitetônicas, que estão no centro do problema mais essencial do trabalho, que é o ser edifício do edifício que, como vimos antes, não depende em absoluto dos usos que ele terá e nem de questões conjunturais como o problema do contágio pandêmico.

Caso contrário, corremos o risco de obter um ótimo (embora superficial) trabalho sobre pedagogia e sobre saúde ambiental, no qual não se discute arquitetura. E, evidentemente, o risco de que o projeto arquitetônico propriamente dito, objeto do TCC, embora de indiscutível justificação social e moral, seja arquitetonicamente irrelevante. E dificilmente poderia ser relevante para a academia de arquitetura, porque o ser arquitetônico da arquitetura e o ser edificação do edifício, nele, ficaram ocultos pelo ser escola do edifício escolar e pelo ser pandêmico do momento histórico atual.

### **3. Considerações finais**



Anteriormente, levantamos a questão sobre um eventual ser acadêmico da FAU-UFRJ nesse já quase fim do primeiro quarto do século XXI, até por essa expressiva quantidade de trabalhos de TFG programaticamente tematizados que lá são produzidos. Preferimos deixar essa questão em aberto, para destacar, e parodiando Heidegger, ao final de *A questão da técnica* (1953), que é justamente ali, onde está o perigo, que melhor viceja o que salva. Não há como não reconhecer que, dentre a crítica mais contemporânea e radical ao funcionalismo arquitetônico e ao edifício programaticamente tematizado, destacam-se textos teóricos muito importantes de professores dessa escola.

Gostaríamos de destacar o *Rio Metropolitano: guia para uma arquitetura*, de Lassance, Varela e Capilé (2012). Trata-se de um impressionante trabalho de pesquisa e descoberta, e também de representação gráfica, que apresenta uma curiosa e muito interessante coleção de edifícios do Rio, todos programaticamente híbridos, muitos deles com formas determinadas por singulares maneiras com que se relacionam particularidades do programa de usos com características muito específicas do contexto. E, em particular, o modo como as estruturas de alguns dos exemplares suportou transformações radicais de destinação de usos ao longo do tempo. Toda a discussão sobre a relação entre a forma de um edifício e seus usos ganha perspectivas realmente surpreendentes, quando colocada sob o prisma desse guia para uma arquitetura.

Outro trabalho muito interessante nessa linha de questionamentos é a dissertação de mestrado de Pedro Varela, *Estrutura aberta: o caso da escola de arquitetura de Nantes*, projeto de Lacaton e Vassal (2016). A discussão, suscitada pela contradição entre a forma arquitetônica – tradicionalmente perene e determinada – e a conjuntura urbana da qual faz parte – sempre instável e imprevisível, é sobre estruturas que se mantenham abertas a novas formas de apropriação ao longo do tempo e sobre as qualidades inerentes aos espaços que apresentam essa capacidade. O interessante processo de sistematização proposto pelo autor aponta as cinco qualidades de uma estrutura aberta: 1) estrutura rígida e ocupação frouxa; 2) superdimensionamento; 3) conexões híbridas; 4) o anti-específico; 5) o espaço da bricolagem. Também o *A composição de agendas no ensino de projeto* (2016) de Lassance & Engel, com suas cinco agendas para o ensino de projeto, levanta interessantes discussões sobre o rebaixamento dessas problemáticas com a experiência didática.

Uma crítica muito radical é aquela proposta por Diego Portas, em sua tese de doutorado: *O infraestrutural e uma experiência em duas escolas de arquitetura* (2019). O infraestrutural, ou infraestrutural ampliado, segundo Portas, não deve aqui ser entendido, em minha leitura, no



sentido que atribuímos habitualmente a esta palavra, de representar aquilo que também designamos como instalações prediais, e não que não compreenda a estas. O infraestrutural ampliado é, ainda em minha leitura, tudo aquilo que um edifício deve ter e ser para ser usado, de uma maneira absolutamente independente das especificidades de qualquer tipo de uso. Aquele projeto, e aquele processo projetual, que visa desembocar no objeto edificado capaz de suportar, ao longo de sua história, qualquer tipo de transformação nos usos aos quais se destina, e na ambiência contextual na qual se situa, é aquele que visa encontrar o infraestrutural ampliado de um edifício nos termos de Portas. Ou o que viemos designando, ao longo do parecer apresentado anteriormente, como o ser edifício do edifício.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARGAN, G. C. (1963) **Sobre a tipologia em arquitetura.** In: NESBIT, K. Uma nova agenda para a arquitetura. Antologia teórica 1965 - 1995. Org. Kate Nesbit. Trad. Vera Pereira. São Paulo, Cossac Naify, 2006, ps. 267 a 272.

COLQUHOUN, A. (1967) **Tipologia e metodologia de projeto.** In: NESBIT, K. Uma nova agenda para a arquitetura. Antologia teórica 1965 - 1995. Org. Kate Nesbit. Trad. Vera Pereira. São Paulo, Cossac Naify, 2006, ps. 273 a 283.

FRAMPTON, K. (1990). **Rapel à l'ordre: argumentos em favor da tectônica.** In: NESBIT, K. Uma nova agenda para a arquitetura. Antologia teórica 1965 - 1995. Org. Kate Nesbit. Trad. Vera Pereira. São Paulo, Cossac Naify, 2006, ps. 556 a 569.

FRAMPTON, K. (1983). **Perspectivas para um regionalismo crítico.** In: NESBITT, K. Uma nova agenda para a arquitetura. Antologia teórica 1965 - 1995. Org. Kate Nesbitt. Trad. Vera Pereira. São Paulo, Cossac Naify, 2006, ps. 503 a 519.

FRAMPTON, K. (1974). **Uma leitura de Heidegger.** In: NESBITT, K. Uma nova agenda para a arquitetura. Antologia teórica 1965 - 1995. Org. Kate Nesbitt. Trad. Vera Pereira. São Paulo, Cossac Naify, 2006, ps. 474 a 580.

FRASCARI, M. (1884). **O detalhe narrativo.** In: NESBITT, K. Uma nova agenda para a arquitetura. Antologia teórica 1965 - 1995. Org. Kate Nesbitt. Trad. Vera Pereira. São Paulo, Cossac Naify, 2006, ps. 538 a 555.

- FREUD, S. (1929) **O Mal-Estar na Civilização**. Tradução de Paulo Cesar de Souza. In: *Obras Completas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, v. 18, p. 13-123.
- GREGOTTI, V. (1983). **O exercício do detalhe**. In: NESBITT, K. Uma nova agenda para a arquitetura. Antologia teórica 1965 - 1995. Org. Kate Nesbitt. Trad. Vera Pereira. São Paulo, Cossac Naify, 2006, ps. 535 a 537.
- HEIDEGGER, M. (1953) **A questão da técnica**. Tradução de Emanuel Carneiro Leão. In: *Ensaio e conferências*. Petrópolis: Vozes, 2001. p. 11-38.
- HEIDEGGER, M. (1951). **Construir, Habitar, Pensar**. Tradução de Márcia Sá Cavalcante Schuback. In: *Ensaio e conferências*. Petrópolis: Vozes, 2001. p. 11-38.
- LASSANCE, G.; VARELA, P. ; CAPILÉ, C. (2012). **Rio metropolitano: guia para uma arquitetura**. Rio de Janeiro: Rio Book's, 1ª Edição 2012.
- LASSANCE, G.; ENGEL, P. **Da composição de agendas no ensino de projeto**. In: CABRAL, C. C.; COMAS, C. E. D. (org.). Anais do IV Enanparq. Porto Alegre: Propar / Ufrgs, 2016. p. 1-14.
- NORBERG-SHULZ, C. (1976). **O fenômeno do lugar**. In: NESBITT, K. Uma nova agenda para a arquitetura. Antologia teórica 1965 - 1995. Org. Kate Nesbitt. Trad. Vera Pereira. São Paulo, Cossac Naify, 2006, ps. 443 a 460.
- NORBERG-SHULZ, C. (1983). **O pensamento de Heidegger sobre arquitetura**. In: NESBITT, K. Uma nova agenda para a arquitetura. Antologia teórica 1965 - 1995. Org. Kate Nesbitt. Trad. Vera Pereira. São Paulo, Cossac Naify, 2006, ps. 461 a 473.
- PORTAS, D. A. (2019). **Buenos Aires – Rio de Janeiro: O infraestrutural e uma experiência em duas escolas de arquitetura**. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.
- VARELA, P. (2016). **Estrutura aberta: o caso da escola de arquitetura de Nantes, projeto de Lacaton e Vassal**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.
- VIDLER, A. (1976) **A terceira tipologia**. In: NESBITT, K. Uma nova agenda para a arquitetura. Antologia teórica 1965 - 1995. Org. Kate Nesbitt. Trad. Vera Pereira. São Paulo, Cossac Naify, 2006, ps. 284 a 290.